



IBFT NACIONAL

DESPERTA

16

**PROJETO DESENVOLVIDO EM
ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS
EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL.**



De sp erta 16

Campanha Educativa com foco central no diálogo com a juventude e os estudantes do Distrito Federal que, na sua grande maioria participarão pela primeira vez do próximo processo eleitoral para elegerem Presidente, Governador, Senador, Deputados Federais e Distritais, contudo é sabido que fundamentalmente cabem as instituições comprometidas com o desenvolvimento do país, buscar soluções que amenizem as dificuldades sociais, por isso a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas da Ceilândia juntamente com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, em parceria com a Secretaria de Educação, SINPRO e SINPROEP propõem a realização desta proposta de modo a cumprir o que determina o seu Estatuto Social no tocante a interlocução sócio político com a comunidade.

A Campanha Educativa Desperta 16 é uma etapa de iniciativa que busca valorizar e evidenciar a juventude do Distrito Federal, acerca da participação política, do pleno exercício da cidadania e do acesso aos bens culturais.

Ocorrerá entre os meses de Abril a dezembro de 2017 conforme calendário escolar.

A elaboração da presente proposta atende determinação estipulada no artigo 7º, da lei nº8.666 de 21/06/1993.



Apresentação

A Campanha Educativa DESPERTA 16 trabalha duas esferas de suma importância à inclusão social e político-econômica dos jovens e o despertar da consciência da cidadania, unindo-se as unidades de ensino para a sua execução e realizando debates em torno de políticas públicas com os alunos, proporcionado ao jovem a oportunidade ímpar de ter o título de eleitor nas mãos e utilizando-o como instrumento de transformação social deste país.

A finalidade é fomentar sobre os jovens participantes o espírito crítico a ponto de promover a reflexão consciente do papel a ser desenvolvido e exercido na política do Distrito Federal enquanto eleitor, gerando consciência sobre a responsabilidade e os destinos de sua comunidade para que possam agir e participar de forma sábia.

A vivência tem mostrado que os jovens tendem a não confiar nos políticos e nas instituições, mas ainda assim clamam por mudanças, onde só precisam de um espaço legítimo para reinventar a prática política, social e cultural.

Por isso trabalhamos junto ao Tribunal Regional Eleitoral por acreditar que, por meio da educação e do voto consciente, poderá ocorrer de forma ainda mais acelerada as transformações que tanto almejamos para o nosso país.

Desta forma, a sociedade, que também se encontra personificada nas instituições nas quais se enquadram a UMESC e UBES, age na construção de valores seguros que garantam a realização de um projeto de vida participativo e democrático e de um país que acredita no poder de decisão dos seus cidadãos para a construção de uma sociedade mais igualitária, justa e consciente.

O projeto ora em comento tem a finalidade de gerar consciência e cidadania ao jovem em idade de voto e aos jovens adolescentes em idade próxima de votar, tendo em vista que para a consecução de políticas públicas de qualidade é imprescindível o exercício da cidadania por meio do voto.

Nesse contexto a proposta contará com a realização de trinta eventos com apresentações culturais em meio aos debates que ocorrerão em praça central de grande concentração de pessoas a ser definida conforme calendário escolar do corrente ano.

Por todas essas razões apresentadas, rejeitamos a proposta de convênio para a realização deste projeto.

Justificativa

A presente demanda se justifica pela atual crise política instaurada em nosso país, principalmente no tocante ao Distrito Federal, face aos recentes escândalos protagonizados por autoridades políticas de nosso país, resultando no desinteresse aos jovens pela política.

Nesse contexto, esta proposta visa promover a interlocução entre os jovens, os políticos e as autoridades que norteiam a sociedade do Distrito Federal. Deste modo o estimular o interesse pela política, tendo em vista que a manifestação é um ato democrático e um direito adquirido com o sangue derramado de vários brasileiros num passado não muito distante. É preciso conscientizar os jovens para que valorizem o seu direito de livre manifestação contra qualquer ato déspota que depõem contra o estado democrático de direito.

A manifestação é um ato democrático que todos precisam praticar, porém, deve-se manifestar de forma pacífica e harmoniosa, demonstrando a vontade de mudança por um país mais justo a todos e menos desigual.

Nesse sentido não resta dúvida que é por meio da política que garante melhores oportunidades, igualdade social, melhor distribuição de renda e maior participação nas decisões políticas que norteiam o rumo da sociedade.

Ser jovem na sociedade contemporânea não é fácil, uma vez que a pobreza, o desemprego, a falta de perspectivas de um futuro melhor são alguns desafios enfrentados no seu cotidiano. E, diferente do que se reproduz

IBFT NAS ESCOLAS

no senso comum, os jovens não devem ser encarados como um problema, mas, sobretudo, como possibilidades de mudanças. Para tanto, as políticas públicas adotadas no mundo e, especificamente, no Brasil necessitam mudar a visão constituída sobre a juventude. Os jovens precisam ter oportunidades de participar ativamente da sociedade.

Constata-se que a relação dos jovens com a sociedade pós-moderna apresenta sérios desajustes, prevalecendo os estereótipos destes como incapazes e rebeldes e, muitas vezes, irresponsáveis, porém se de um lado, eles aparecem como seres problemáticos que transitam entre a infância e a vida adulta; por outro, transformaram-se num “objeto de desejo” da indústria cultural.

Diante dos apelos consumistas, os jovens são facilmente atraídos para participarem de situações que os colocam em situação de vulnerabilidade, como o tráfico, a exploração sexual e a dependência às drogas, ficando expostos às situações conflitantes e dertupadoras da personalidade e, também, às mais elevadas taxas de mortalidade por causas externas.

Vê-se, portanto, a importância de organismos sociais que ofertem aos jovens um olhar diferenciado, ouvindo-os e dando-lhes a oportunidade de atuarem como sujeitos nas diversas instancias da sociedade, uma vez que eles compõem uma significativa parcela da população, representam não apenas o futuro, mas o presente de um país e são responsáveis por pressionar a economia para a criação de novos postos de trabalho.

Considera-se, ainda, importante ressaltar que, recentemente, a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) divulgou, em Brasília, o “Mapa da Violência 2006 – Os jovens do Brasil” o qual deixa o Brasil ocupando a terceira posição entre os países com as mais altas taxas de assassinatos de jovens no mundo. A taxa de homicídios de jovens brasileiros, entre 1994 e 2004, cresceu a um ritmo maior do que a dos assassinatos entre a população jovem não estuda e nem trabalha. Isso significa que esses jovens ficam mais suscetíveis a estar nas ruas, à exposição a situações de exploração sexual, ao uso do álcool e outras drogas e a transgressão às normas.

Esses dados evidenciam que os problemas sociais expõem a juventude a situações de vulnerabilidade. Entendendo a vulnerabilidade sob vários aspectos: desigualdades sociais, problemas estruturais e falta de oportunidades. Por isso, a necessidade de ações que reforcem ou ajudem construir políticas públicas relacionadas à juventude, compreendendo esses jovens como sujeitos de direitos e atores em seu processo de desenvolvimento. Nesse sentido, é importante considerar que pensar a juventude como uma simples fase de transição e ajustamento à idade adulta é um dos obstáculos à elaboração de políticas públicas voltadas para esse segmento.

Sendo os jovens e adultos de baixa renda o grupo social que mais apresenta vulnerabilidade no tocante ao pouco nível de escolaridade bem como as deficiências geradas pela ausência de investimento em educação, saúde, informação e em práticas esportivas, tornaram-se público alvo dos benefícios trazidos por este projeto, uma vez que, é princípio fundamental do Estudo Democrático de Direito, promover a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, conforme preceitua nossa carta política. (Artigo 1º incisos I, II e III da Constituição Federal).

Face a todo exposto, apresentamos o fundamento da justificativa do projeto ora em fomento cujo intuito é promover de forma gratuita melhores condições de inclusão e exercício da cidadania por meio do voto de jovens de baixa renda do Distrito Federal.

Justificativa de Mérito

O presente projeto encontra fundamento que demonstra de forma inequívoca a persecução do interesse público, bem como a viabilidade da realização dos eventos culturais ora pleiteados no fato de estar revestido de uma finalidade que pretende promover o debate aberto da dinâmica do voto facultativo para menores entre 16 e 18 anos de idade, de forma a assegurar o livre exercício da cidadania, o que resulta na construção de uma sociedade mais consciente e participativa, no tocante ao cumprimento de direitos e

7

deveres perante o estado brasileiro.

Sendo assim, o jovem que participa de forma consciente e democrática do projeto proposto hoje, é o mesmo que participará de forma consciente e amadurecida das decisões de interesse público amanhã, portanto, mas, inteirado da coisa pública bem como mais atento e melhor preparado para zelar dos recursos e serviços públicos como um todo, pois, durante as palestras e debates promovidos no projeto, os gestores públicos que ministraram as palestras promoveram o debate a partir da boa, fiel e competente gestão dos recursos públicos e da responsabilidade em deliberar, participar e fiscalizar a aplicação desses recursos.

Já no tocante a justificativa meritória de realização dos eventos, trata-se de condição “sinequa num” (sem há qual não há) para a realização do projeto, tendo em vista que por se tratar de um público jovem, as apresentações artísticas possuem a finalidade de atrair a atenção inicial dos jovens para participarem das palestras e debates, além é claro de gerar entretenimento e lazer para os participantes, pois, as apresentações ocorreram na abertura e no encerramento de cada dia de debates e palestras.

Do Interesse Público

O interesse público constante no projeto ora apresentado consiste no fato de que ao final o resultado provocado pela realização do projeto será infinitamente superior aos valores investidos em sua realização, tendo em vista o grande impacto sócio político gerado por meio da promoção do debates, gerando a inclusão social de jovens antes segregados, distantes do processo decisório, vivendo em comunidades de baixa renda, já estigmatizadas pela própria condição de exclusão do processo de potencialização das massas.

Justificasse também o custo benefício pela geração de renda promovida para os artistas e demais profissionais envolvidos no meio artístico do Distrito Federal.

Objetivo Geral

Promover debates acerca do voto facultativo do jovem em idade de 16 a 18 anos, gerando uma participação consciente desse jovem no processo decisório eleitoral.

Objetivos Específicos

- Mostrar à juventude que é importante participar dos espaços políticos que temos – o voto, a conferência, os grêmios, as entidades estudantis que instrumentalizam o exercício da cidadania voltado para os adolescentes entre 16 e 18 anos de idade;
- Demonstrar que o voto no Brasil, por lei, é obrigatório, mas que para idade de 16 aos 18 anos é facultativo;
- Discutir o papel do jovem no processo democrático e político com vistas a ocupação de espaços no cenário atual do Distrito Federal;
- Proporcionar aos jovens participantes do projeto melhores condições do exercício do voto por meio de informações claras e precisas acerca do atual panorama político, social, econômico e educacional do Distrito Federal;
- Gerar capacidade de discussão política de interesse dos participantes do projeto, a fim de gerar fortalecimento enquanto cidadão protagonista principal de políticas públicas voltadas para a comunidade em que vive;
- Gerar conscientização de direitos e deveres nos participantes a ponto de promover a chamada mobilização social da comunidade, reforçando o pleno exercício do estado democrático de direito por meio de mecanismos de participação social característicos do processo de potencialização das massas hipossuficientes;
- Gerar oportunidades de difusão aos artistas locais da cidade no sentido de divulgarem seus trabalhos em âmbito regional e nacional por meio de mídias eletrônicas e redes sociais;
- Inserir o projeto de forma definitiva na agenda cultural e política do Distrito Federal.

16

Promover a intergeracionalidade, sobretudo manobrar as variáveis de modo que resultem em fortalecimento familiar, prática do respeito mútuo, convivência em sociedade.

Público Alvo

Proposta direcionada aos jovens do ensino secundarista com faixa etária de 16 a 18 anos.

O start para o desdobramento a execução das ações ocorrerá entre os meses de Abril a dezembro de 2017, seguindo rigorosamente o calendário escolar, será executado nas unidades escolares ainda a serem definidas

Cronograma prévio das ações

JUNHO	1º SEMANA	COLÉGIO 01	DEBATE 01	JULHO	1º SEMANA	COLÉGIO 01	DEBATE 01	AGOSTO	1º SEMANA	COLÉGIO 01	DEBATE 01
	1º SEMANA	COLÉGIO 02	DEBATE 02		1º SEMANA	COLÉGIO 02	DEBATE 02		1º SEMANA	COLÉGIO 02	DEBATE 02
	1º SEMANA	COLÉGIO 03	DEBATE 03		1º SEMANA	COLÉGIO 03	DEBATE 03		1º SEMANA	COLÉGIO 03	DEBATE 03
	1º SEMANA				1º SEMANA				1º SEMANA		

Os debates ocorrerão intercalados com apresentações culturais, promovendo uma maior interação com os indivíduos envolvidos, a proposta atende 60.000 alunos em 30 unidades de ensino.

Valor do investimento R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Reginaldo Carrajola

DIRETOR PRESIDENTE

IBFT NAS ESCOLAS





DESPERTA

16

PROJETO DESENVOLVIDO EM
ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS
EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL.



TSE

TRE

